

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

**O Globo**

[Título: Piauí ganha maior parque de geração solar da América do Sul](#) ..... 2

**O Estado de S. Paulo**

[Título: Meta ambiciosa na COP-23](#) ..... 7

**Valor Econômico**

[Título: Projeto de lei não define situação de Eletronuclear e Itaipu](#) ..... 15

[Título: Aneel recomenda cassação de duas linhas da Isolux](#) ..... 24

**Sumário**

|                                                                           |           |
|---------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo</b> .....                                             | <b>2</b>  |
| Título: Piauí ganha maior parque de geração solar da América do Sul ..... | 2         |
| Título: Eletrobras quer investir em comercialização de energia.....       | 3         |
| Título: Eternit anuncia que vai parar de usar amianto .....               | 6         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo</b> .....                                | <b>7</b>  |
| Título: Meta ambiciosa na COP-23.....                                     | 7         |
| Título: Notas .....                                                       | 9         |
| Título: CCJ aprova referendo sobre venda da Eletrobrás .....              | 11        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo</b> .....                                   | <b>11</b> |

|                                                                                      |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: Siemens assina contrato de R\$ 470 mi para operar termelétrica no AM.....    | 11        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                             | <b>12</b> |
| Título: Alerta vermelho .....                                                        | 12        |
| Título: Energia solar ganha espaço.....                                              | 12        |
| Título: Petrobras: novo nível na B3 .....                                            | 13        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                 | <b>15</b> |
| Título: Projeto de lei não define situação de Eletronuclear e Itaipu .....           | 15        |
| Título: Venda da Eletrobras reduz a conta com indenizações .....                     | 16        |
| Título: RJ quer recursos da privatização para recuperar Paraíba do Sul.....          | 18        |
| Título: Senado aprova medida provisória que cria Agência Nacional de Mineração ..... | 20        |
| Título: Passa na Câmara proposta do marco que regula combustíveis renováveis.....    | 21        |
| Título: Destaques .....                                                              | 22        |
| Título: Eletrobras prevê retomar investimentos em 2019.....                          | 22        |
| Título: Aneel recomenda cassação de duas linhas da Isolux .....                      | 24        |
| Título: Petrobras mantém 20 na lista de inabilitados .....                           | 24        |
| Título: Produtividade sustenta avanço da Tereos.....                                 | 26        |

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Danielle Nogueira**

**Título: Piauí ganha maior parque de geração solar da América do Sul**

Usina da Enel, com investimento de US\$ 300 milhões, terá capacidade para abastecer 300 residências

- RIBEIRA DO PIAUÍ (PI)-

A italiana Enel inaugurou ontem, em Ribeira do Piauí (PI), o Parque Solar Nova Olinda, maior usina solar já em operação na América do Sul. Com capacidade instalada de 292 megawatts (MW) e investimento de cerca de US\$ 300 milhões,

o parque vai gerar energia suficiente para abastecer 300 residências. Até o fim do ano, haverá mais um parque, totalizando quatro empreendimentos de energia solar (no Piauí e na Bahia) no Brasil, com investimentos de quase US\$ 1 bilhão. A nova usina tem contrato de venda de energia por 20 anos e estimativa de retorno financeiro em metade desse prazo.

Em Nova Olinda, são 930 mil painéis solares espalhados por 690 hectares, o equivalente a 700 campos de futebol. A energia solar ainda tem participação modesta na matriz elétrica brasileira: apenas 1%. Mas há projetos de várias empresas na Bahia, no Ceará e no próprio Piauí. A petrolífera norueguesa Statoil também está investindo em usinas solares no semiárido nordestino, enquanto a francesa EDF optou por Minas Gerais. A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica estima que, até o fim do ano, a geração de energia solar fotovoltaica no Brasil atinja o patamar de 1 mil MW de capacidade instalada.

Segundo o secretário de Energia Elétrica do **Ministério de Minas e Energia**, Fabio Alves, o planejamento para 2026 prevê aumento de cerca de 50 mil MW na capacidade de geração de energia no país — metade de fontes eólica ou solar. O empreendimento da Enel teve financiamento do Banco do Nordeste, mas as placas foram importadas da China, não apenas por serem mais baratas que as nacionais, como também pelo fato de a indústria nacional não ter capacidade para atender à demanda.

— A China ganhou a guerra e permitiu reduzir muito o custo dos projetos. Os painéis representam hoje 30% do custo. No passado, eram 90%. Mas o Brasil pode agregar valor aos projetos com outras tecnologias — disse Antonio Cammiseca, responsável global da Energy Green Power, braço do grupo para energias renováveis. \*A repórter viajou a convite da Enel

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Ana Paula Machado e Manoel Ventura

**Título:** Eletrobras quer investir em comercialização de energia

Venda de subsidiárias permitirá à estatal entrar em nova área

A Eletrobras vai definir um novo plano de negócios no próximo mês e, mesmo com o projeto de privatização de empresas controladas, o programa de investimentos para o período de 2018 a 2023 vai contemplar projetos de comercialização de energia, além da transmissão e geração, áreas em que a empresa já atua.

— Vamos ser grandes na comercialização de energia no mercado livre, continuar sendo grandes em transmissão e na área de geração — disse ontem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, durante o 10º Fórum Smart Grid, em São Paulo. — Claramente, se você for olhar nos últimos anos, perdemos a relevância, fomos perdendo market share ao longo dos últimos dez, 15 anos. Podemos resgatar o protagonismo da Eletrobras no mercado brasileiro.

Ferreira Junior ressaltou ainda que os novos negócios deverão ser viabilizados apenas depois de uma forte redução do nível de endividamento do grupo estatal. A expectativa, segundo ele, é que até o final de 2018, a relação dívida líquida/Ebitda (geração de caixa antes de impostos, amortizações e depreciações) deverá cair a menos de três vezes. De acordo com o balanço do terceiro trimestre, a alavancagem do grupo estava em quatro vezes a geração anual de caixa.

— Até o fim de 2018, esperamos ter concluído a venda das distribuidoras e da participação nas 77 empresas, que são 58 usinas eólicas e 16 linhas de transmissão. Aí estaremos em condições de participar de qualquer processo. Hoje, não participamos nos leilões (de novas concessões da área de energia) porque ainda temos uma alavancagem alta, que inviabilizaria qualquer projeto — afirmou o presidente da Eletrobras.

Para ele, 2018 será um ano mais promissor para o grupo. Além da expectativa de concluir os processos de vendas das distribuidoras e das participações em outras empresas de energia, o executivo disse que a Eletrobras deve concluir grande parte dos projetos de transmissão e geração em andamento. — O que não devemos concluir em 2018 é Belo Monte e Angra 3, mas o restante será entregue, mesmo aqueles com atraso — assegurou.

O presidente da Eletrobras se disse otimista para a aprovação pela Câmara dos Deputados, ainda este ano, do projeto de lei (PL) que autoriza e define a modelagem para a privatização de parte do grupo Eletrobras. — Estou otimista de que o PL entraria para discussão no Senado no começo do ano que vem. Está havendo um esforço do governo para as coisas acontecerem — disse ele.

#### CÂMARA APROVA REFERENDO

O caminho, no entanto, não deve ser fácil. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, ontem, proposta que prevê a realização de um referendo para privatizar todas as empresas ligadas à estatal. O texto segue agora para votação no plenário da Câmara, que depende do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para ser pautado. Se aprovado, será enviado para outra votação no plenário do Senado. Isso não tem data para ocorrer.

A proposta aprovada foi apresentada pelo deputado Danilo Cabral (PSB-PE), que tem atuado para evitar a privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras que atua na Região Nordeste. A Chesf é um dos principais focos de resistência, no Congresso, à privatização da Eletrobras. Nos plenários da Câmara e do Senado, a proposta precisa apenas de maioria simples para que o referendo seja aprovado. Se o referendo se confirmar, a população vai votar se é contra ou a favor da lei que tratará da privatização da Eletrobras.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Opinião

**Autor:** Tasso Azevedo

**Título:** Eletrizante

Imagine que existisse um veículo que, silenciosamente, acelerasse de 0 a 100 em menos de dois segundos e que rodasse mil quilômetros com uma parada no posto. E que tal um caminhão de 30 toneladas que acelerasse de 0 a 100 em 20 segundos com autonomia de 800 quilômetros, sem barulho, sem fumaça saindo do escapamento e com custo de frete menor que o dos veículos atuais? Não precisa mais imaginar. Estes veículos já existem e, dentro em breve, estarão nas ruas. Serão produzidos pela Tesla, talvez um dos principais símbolos da revolução da eletrificação em curso na área de energia e transportes que se alastra pelo mundo e que se consolidou como irreversível em 2017.

Este ano, pela primeira vez ultrapassamos a marca de um milhão de veículos elétricos vendidos em 12 meses, dobrando o número de veículos vendidos em 2015. Várias montadoras anunciaram planos para parar de fabricar veículos a combustão, e países como China (30% do mercado global), Índia e Noruega anunciaram a intenção de proibir a venda de veículos a combustão até 2030. O que antes parecia um fenômeno restrito a um nicho para veículos de passeio se espalhou rapidamente para vários seguimentos do transporte. Em Shenzhen, uma cidade de 11,5 milhões de habitantes na China, toda a frota de quase 15 mil ônibus no transporte público será convertida para veículos totalmente elétricos até o fim deste ano.

Na Noruega, onde mais da metade dos carros vendidos em 2017 é elétrica, empresas de transporte marítimo já operam com balsa e barcos de passageiros elétricos e projetam e constroem os primeiros transatlânticos elétricos com células de combustível de hidrogênio gerado a partir de energia eólica offshore e água do mar. A previsão é de forte redução dos custos de navegação ao longo dos próximos anos com base nessas tecnologias. Isso é a economia de baixo carbono na veia. É para onde o mundo andar.

A eletrificação está para o setor de energia e transportes como o smartphone está para a comunicação. Enquanto isso, no Brasil se discute um novo regime de incentivos ao setor automotivo baseado em melhorias incrementais para a tecnologia atual visando a possíveis ganhos de eficiência. E nem estes ganhos são visíveis. Um Fiat 147 na década de 80 fazia os mesmos 10-15 quilômetros por litro que faz hoje o carro popular mais econômico. Na média, o km/litro do carro no mercado caiu, em vez de aumentar, pois os pequenos ganhos de eficiência nos motores foram neutralizados pelo aumento do tamanho e peso dos veículos. Temos que sair deste atraso se não quisermos mais uma vez ficar a reboque da história.

Tasso Azevedo é engenheiro florestal

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Cássia Almeida

**Título:** Eternit anuncia que vai parar de usar amianto

Fibra será substituída até o fim de 2018. Produção na mina será exportada.

A Eternit, maior fabricante de telhas e caixas d'água de amianto no Brasil, deixará de usar a fibra cancerígena até o fim de 2018, avisou o diretor de Relações com Investidores, Rodrigo Lopes da Luz, em fato relevante divulgado ontem: "Há uma tendência no mercado, percebida nos últimos anos, de os consumidores deixarem de adquirir produtos que contenham amianto, especialmente na construção civil. A mudança na demanda tem levado a Eternit a substituir, progressivamente, o amianto crisotila por matérias-primas alternativas, como a fibra sintética!

A Eternit avisou também que continuará a produzir fibras de amianto — a empresa é dona da Sama, mina que produz a fibra em Minaçu (GO) — mas a produção será "gradualmente direcionada para o mercado externo, atendendo clientes em outros países onde o produto é permitido, tais como Alemanha, Estados Unidos, Índia etc."

Em agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a lei federal que permitia o uso do amianto, abrindo espaço para os estados proibirem o uso da fibra, que causa câncer e doenças pulmonares. O uso do amianto é proibido em Rio, São Paulo, Rondônia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Minas Gerais (a partir de 2022).

Segundo a empresa, foram investidos "R\$ 25 milhões na adaptação dos equipamentos e do processo de produção! A fábrica em Manaus já produz fibra sintética para todas as unidades.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Meta ambiciosa na COP-23

PLINIO NASTARI REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE)

A23.<sup>a</sup> Conferência das Partes signatárias da Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas, a COP-23, realizada em Bonn, na Alemanha, durante a primeira quinzena de novembro, foi uma oportunidade para que governos e organizações não governamentais de todo o mundo reafirmassem sua preocupação com os impactos previstos e apresentassem suas estratégias de mitigação do aquecimento global. Boa parte das discussões levou em conta quais seriam as medidas necessárias para limitar o aquecimento até 2050 a um aumento máximo de 2 graus Celsius e, se possível, limitar esse aumento a, no máximo, 1,5 grau Celsius.

Governos de diferentes países, representações setoriais e entidades da sociedade civil apresentaram avaliações, propostas e soluções variadas. Mas o ponto alto foi o evento organizado pelos governos de 19 países, dentre os mais populosos e de maior expressão econômica do mundo, representando metade da população e 37% do produto bruto do planeta, para apresentar uma visão comum sobre o que será necessário para atingir a meta de 2 graus Celsius. Somaram-se a esse grupo de nações a Agência Internacional de Energia e a Agência Internacional de Energia Renovável.

O evento Plataforma para o Biofuturo, representando esses 19 países, apresentou uma Declaração de Visão no qual aponta que até 2030 a proporção da bioenergia na demanda global de energia precisa dobrar e a proporção dos biocombustíveis, triplicar – em volume, ou megajoules, precisa crescer muito mais. A bioenergia e os biocombustíveis produzidos de forma sustentável foram reconhecidos como elementos indispensáveis do portfólio de medidas de baixa emissão de carbono, sem as quais é muito elevado o risco de não serem atingidas as metas de clima de longo prazo.

De forma conjunta, declararam que a bioenergia será chave não só para reduzir a poluição atmosférica, mas também para aumentar a diversidade e a segurança energéticas. A declaração indicou que uma bioeconomia expandida –

definida como o conjunto de atividades relacionadas a inovação, desenvolvimento, produção e uso de biomassa e/ou processos para produção de energia, materiais e produtos químicos renováveis – precisa ser baseada em práticas sustentáveis para garantir a redução inequívoca de emissões de carbono e evitar impactos negativos do ponto vista ambiental, social e econômico. Indicaram que, apesar do crescente consenso sobre a importância e a urgência de acelerar o desenvolvimento da bioenergia e dos biocombustíveis, investimentos não estão sendo feitos na intensidade necessária e a implementação de tecnologias encontra inúmeras barreiras, como a superação da escala inicial, riscos financeiros, volatilidade dos preços do petróleo e outras matérias-primas e incertezas regulatórias.

À luz dessa constatação, a Declaração de Visão desses países-chave foi inequívoca: é preciso aumentar significativamente a contribuição da bioenergia moderna e sustentável na demanda final de energia; aumentar significativamente a proporção dos biocombustíveis sustentáveis e de baixa pegada de carbono nos combustíveis para transporte; gradualmente reduzir as emissões de carbono com base em avaliações do ciclo de vida, usando mais biocombustíveis em substituição a combustíveis fósseis; aumentar significativamente os investimentos globais em bioenergia sustentável e de baixo carbono, incluindo biorrefinarias avançadas e flexíveis, capazes de produzir energia e produtos com base em biomassa.

Alcançar essa visão inspiradora vai requerer um esforço internacional coordenado, envolvendo grande número de participantes. Instituições de governo – em todos os níveis –, a academia, a indústria e as instituições financeiras precisam atuar de forma coordenada para desenvolver ações que permitam termos um futuro com menos carbono. A adoção de ações efetivas é urgente – e ações adotadas por alguns países servirão de exemplo para muitos outros.

Foi dentro desse contexto que durante o evento o Brasil anunciou o aumento da mistura de biodiesel no diesel fóssil, de 8% para 10%, a partir de 1.º de março de 2018, e apresentou o RenovaBio, sua inovadora e moderna proposta de arcabouço regulatório e estratégico para estimular o investimento privado na expansão da produção e do uso de biocombustíveis avançados e sustentáveis. Explicou-se que o RenovaBio não é um subsídio nem um tributo sobre carbono, é um instrumento de indução de ganhos de eficiência e de reconhecimento da capacidade de cada biocombustível promover descarbonização. Que a proposta do RenovaBio é recompensar quem faz o certo, e não penalizar quem faz o errado. E que a proposta de regulamentação do RenovaBio, envolvendo etanol, biodiesel, biogás/biometano e bioquerosene, formulada no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética, sob a coordenação do **Ministério de Minas e**

**Energia**, foi apresentada como Projeto de Lei n.º 9.086, de 2017, pelo deputado Evandro Gussi (PV-SP), a tempo de ser levada a público na COP-23.

O embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, negociador-chefe do Brasil para o Acordo do Clima, saudou a Declaração de Visão apresentada em Bonn como um grande avanço, depois de nove meses de intensas negociações, na direção de reconhecer a importância da bioenergia e dos biocombustíveis para o controle do aquecimento global. A apresentação pelo Brasil da adoção do B10 (mistura de 10% de biodiesel ao diesel mineral) a partir de março de 2018 e da proposta do RenovaBio no Congresso Nacional foi reconhecida como contribuição efetiva para o estabelecimento de um modelo de regulação visando à redução do aquecimento global, pela indução de forças de mercado, que deverá servir de exemplo a vários outros países.

Declaração de Visão aponta necessidade de expansão da bioenergia e dos biocombustíveis.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

**Título:** Notas

### **Eletropaulo prepara oferta de ações após migração**

Depois de migrar para o Novo Mercado, segmento de mais elevadas práticas de governança corporativa da B3, a Eletropaulo já trabalha em uma oferta subsequente (follow on), programada para ocorrer no início do ano que vem. A companhia do setor elétrico começa a pedir aos bancos de investimento o envio de propostas para a contratação do sindicato que estruturará a emissão. A operação pode ser a porta de saída de AES e BNDESPar, acionistas que até a migração para o Novo Mercado controlavam a companhia, com 50,51% e 22,5% das ações ON, respectivamente, e que passaram a deter 16,84% e 18,73%, nesta ordem.

#### **» X da questão.**

Antes de lançar o follow on, no entanto, a concessionária precisará encontrar uma solução para um importante passivo: uma dívida de R\$ 2 bilhões com a Eletrobras. As empresas assinaram em outubro um memorando de entendimentos para um processo de mediação que viabilize um acordo e a Eletropaulo espera concluir a negociação ainda neste ano. A questão também está na Justiça e, caso as empresas não cheguem a um desfecho, o processo pode ir a julgamento até março de 2018, prevê a empresa. Procurada, a

Eletropaulo informou que, “caso uma decisão seja tomada a esse respeito, informará ao mercado”.

» **Esperança.**

Mesmo com uma ação de responsabilidade ajuizada contra Rômelo de Souza, ex-presidente da Usiminas e nome ligado à Nippon Steel – acionista da siderúrgica mineira ao lado do grupo Ternium/ Techint –, a companhia japonesa mantém ativas cinco ações no Tribunal de Justiça de Minas Gerais com o objetivo de anular a eleição de Sergio Leite, em março do ano passado, para a presidência.

» **Contra todos.**

Souza foi destituído acusado de violar o estatuto da empresa ao ter assinado um memorando com a Mineração Usiminas (Musa) sem a presença de outro diretor estatutário e, ainda, sem anuência do conselho de administração. Na Justiça, há ação contra todos os conselheiros, na pessoa física, que votaram a favor da destituição. Pela permanência de Rômelo no cargo, votaram três dos 11 membros, todos representantes da japonesa. Na esfera administrativa, a Nippon tem uma reclamação também junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Procurada, a Nippon não respondeu.

» **Melhora para pior.**

Investidores estão exigindo até 10% de remuneração para a Cemig emplacar sua captação externa de bônus de sete anos. Embora esteja mais próxima de obter condições melhores para a emissão, a taxa supera a pedida em maio, quando a elétrica optou por suspender a operação. As apresentações da emissão, com a qual a companhia mineira quer levantar até R\$ 1,5 bilhão, terminam hoje no exterior. Neste roadshow, a Cemig tem em mãos, ao menos, a renegociação de uma dívida de R\$ 4 bilhões com bancos e um plano em andamento de venda de ativos.

» **Empurrãozinho.**

A Amec, associação que representa 59 investidores institucionais com cerca de R\$ 400 bilhões na Bolsa no Brasil, convocou seus associados a participar das assembleias de acionistas da Eletrobras, que discutirão o processo de reestruturação da estatal visando a privatização. A entidade reitera a importância dos acionistas exercerem seus direitos de voto, ainda mais tendo em vista a “relevância histórica do caso” e de suas condições específicas, “inclusive com eventual, mas esperada, abstenção de voto do controlador (União) em determinadas matérias”. COM LUCIANA COLLET

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: André Borges****Título: CCJ aprova referendo sobre venda da Eletrobrás**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara aprovou ontem a realização de um referendo sobre a proposta de privatização do Grupo Eletrobras. Na prática, a proposta é submeter a cada cidadão do País a decisão sobre privatização ou não das empresas da gigante estatal. Aprovado na CCJ, o texto segue agora para votação no plenário da Câmara.

Depois, será devolvido para outra votação no plenário do Senado. Se for aprovado, não precisa passar por sanção presidencial, e o referendo terá de ser realizado. A proposta foi apresentada pelo deputado Danilo Cabral (PSB-PE), que tem atuado para evitar a privatização da Chesf, empresa da Eletrobras que atua na região Nordeste.

Cabral apresentou um substitutivo a projeto de autoria do ex-senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que pedia a realização de um plebiscito sobre o tema. A decisão da CCJ afetou as ações da Eletrobrás: o papel ON teve queda de 1,7%, enquanto o ON caiu 1,91% no pregão de ontem.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Siemens assina contrato de R\$ 470 mi para operar termelétrica no AM**

## **Mercado Aberto**

A Guascor e a Dresser-Rand, do grupo Siemens, iniciaram a obra de construção da usina termelétrica que abastecerá Coari (AM). Elas assinaram por R\$ 470 milhões um contrato para administrar a unidade por 12 anos. O acordo prevê o fornecimento de 23,4 megawatts de energia à eletrobrás Distribuidora Amazonas para suprir a demanda da cidade de 83 mil habitantes.

A usina, que deverá ser inaugurada no fim de 2018, terá capacidade instalada superior a 40 megawatts. "Serão três turbinas, duas que funcionarão a gás e uma de redundância, movida a diesel", afirma o diretor-geral da Guascor, Yuri Sanches. Os equipamentos já começaram a ser produzidos, segundo José Francisco da Rocha, diretor de geração distribuída da eletrobrás Amazonas. A única turbina a ser produzida no país é a a diesel, que será feita em Jundiaí (SP).

A construção da planta de Coari faz parte do plano da empresa de aposentar as plantas que administra no Estado. "A ideia é sermos apenas distribuidores de energia", afirma Rocha. Com a operação da usina nova, a atual será desativada.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Política

**Autor:** Denise Rothenburg

**Título:** Alerta vermelho

## Brasília-DF

O governo se dedicou tanto à negociação da reforma previdenciária que terminou por não amarrar a votação das medidas provisórias. No bolo, está a MP 795, editada em agosto, que proporcionou benefícios fiscais às empresas do setor do petróleo e foi crucial para o sucesso do leilão da ANP, em setembro. Ali, o governo recolheu o maior bônus de assinatura da história, R\$ 3,6 bilhões. A MP tem que ser votada nas duas Casas até 15 de dezembro. Há outras 17 na fila para votação.

Entre garantir a aprovação das medidas provisórias e insistir na reforma da Previdência, já tem gente no governo defendendo a primeira opção. Afinal, não dá para colocar em risco o que o governo já conquistou até aqui, em termos de recuperação da economia. Por isso, que ninguém se surpreenda se o governo fizer um esforço concentrado para votar as medidas provisórias na semana que vem, deixando a reforma previdenciária para a semana de 15 de dezembro.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Bruno Santa Rita

**Título:** Energia solar ganha espaço

**Ribeira do Piauí (PI)** — A maior usina de energia solar da América do Sul foi inaugurada ontem em Ribeira do Piauí (PI), a 380km de Teresina. Construído pela Enel Brasil, o Parque Solar Nova Olinda é capaz de produzir 600Gwh por ano, o suficiente para abastecer 300 mil famílias. Os 930 mil painéis solares da usina ocupam uma área de 690 hectares e se movem para acompanhar a trajetória do sol pelo céu. A Enel investiu cerca de R\$ 1 bilhão no empreendimento.

Segundo o presidente da Enel Brasil, Carlos Zorzoli, o custo de produzir energia solar diminuiu muito, o que vem impulsionando investimentos nessa área.

“Temos três grandes usinas já funcionando e mais uma será inaugurada até o fim do ano”, disse. “A geração de energia solar custa hoje um quarto do que custava em 2009. Em pouco tempo, ela ganhará mais importância na matriz energética e vai competir com o carvão, por exemplo”, previu.

Zorzoli afirmou que a grande incidência solar, somada à área disponível para a montagem da estrutura, foi fator decisivo para a implantação da usina no Piauí. De acordo com gerente global da italiana Enel, Antonio Cammisecra, a empresa vai continuar investindo em formas sustentáveis de geração de energia, como eólica, solar, hídrica e as novas tecnologias de baterias eletroquímicas. “Queremos ampliar nossos projetos”, disse.

Na solenidade de inauguração do parque solar, o governador do Piauí, Wellington Dias, cobrou do governo federal a realização de novos leilões de energia e sugeriu que eles sejam feitos concomitantemente nas frentes solar e eólica. “O Piauí tem um enorme potencial nessa área, porque conta com sol constante, ventos fortes e o principal: os pontos de conexão.” A energia produzida pelo Parque Nova Olinda vai chegar ao sistema elétrico por meio de conexão com a subestação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) localizada no município vizinho de São João do Piauí.

#### ***O repórter viajou a convite da Enel***

***\* Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo***

**VEÍCULO: Correio Braziliense**

**Seção: Negócios**

**Autor: Paula Pacheco**

**Título: Petrobras: novo nível na B3**

São Paulo — Depois das graves denúncias de corrupção envolvendo alguns de seus executivos, a Petrobras se aproxima cada vez mais de práticas que dão mais transparência ao negócio. Novo movimento nessa direção deve acontecer nas próximas semanas. Durante apresentação em um evento, João Elek, diretor de governança e conformidade da companhia, informou que a adesão ao Nível 2 da B3 — antiga BM&FBovespa — deve acontecer em 15 ou 20 dias.

De acordo com o executivo, a empresa já seguiu todos os trâmites. Agora, cabe à Bolsa fazer a inclusão no Nível 2. Segundo Elek, apesar de os acionistas preferencialistas não terem, segundo a lei, poder de voto em assembleias da petrolífera, a Petrobras vai permitir que eles se manifestem sobre assuntos societários de maior complexidade e que seus comentários sejam incluídos no edital.

Ao aderir ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa paulista, a Petrobras se compromete a elevar o nível de transparência e vai aumentar sua independência em relação ao governo, já que dará mais espaço aos acionistas minoritários. Esse é um patamar intermediário de governança da Bolsa paulista – o mais baixo é o Nível 1 e o mais alto é o Novo Mercado, que possibilita a emissão de ações preferenciais, que dão prioridade na distribuição de dividendos aos acionistas.

A chegada da Petrobras ao Nível 2 da B3 era um movimento já esperado, diz Evandro Pontes, professor de Direito do Insper. A medida está alinhada com a decisão da companhia de adotar práticas mais rigorosas de governança corporativa desde que se viu no meio de graves denúncias de corrupção, apuradas durante investigações da Operação Lava-Jato.

Segundo Pontes, a Petrobras abriu mão de aderir antes ao programa de governança da Bolsa porque usufruía de uma posição confortável em relação ao mercado. “Como uma superempresa, ela era atrativa por si só e não precisava adotar as práticas de governança para aumentar sua liquidez. Mas hoje, depois de tudo que aconteceu, é possível imaginar que se a companhia tivesse aderido aos Níveis 1 e 2 ou ao Novo Mercado, muito provavelmente não estaria em uma situação tão grave como a que vimos”, avalia.

A partir da entrada no Nível 2, lembra o especialista, a empresa terá de ser muito mais transparente e aumentar sua participação aos minoritários, o que deve reduzir bastante a chance de vazamento de informações. Por outro lado, a Petrobras deverá arcar com novos custos. “Mas a máquina como um todo terá um incremento de valor, o que faz que o aumento de despesas seja compensador”, diz Pontes.

A decisão da Petrobras pode levar alguns analistas a acreditar que a empresa esteja migrando para uma espécie de “privatização branca”, já que dará mais voz aos acionistas e, conseqüentemente, estará menos exposta aos mandos e desmandos do governo. Mas o professor do Insper discorda: “É uma diminuição da capacidade de ingerência, não é perda de controle por parte do governo.”

Para Pedro Galdi, da corretora Magliano, a decisão de aderir ao Nível 2 é positiva para a empresa e para os acionistas e faz sentido na atual gestão, conduzida por Pedro Parente, que tem feito um esforço para descolar a companhia da crise vivida nos últimos anos e aumentar rapidamente a incorporação de práticas rígidas de transparência.

Em 2017, os papéis da companhia já se valorizaram 7%, enquanto que o Ibovespa subiu 24%. A diferença é grande, mas Galdi diz que o percentual é bem adequado, ainda mais se for levado em consideração o alto nível de

endividamento da Petrobras.

- De volta ao jogo

*Marcas que a empresa já pode comemorar*

» Lucro de R\$ 266 milhões no terceiro trimestre

» Expectativa de fechar 2017 com o primeiro lucro anual desde 2013, antes de ser descoberto o esquema de corrupção investigado pela Lava-Jato

» O terceiro trimestre foi o quarto consecutivo com resultado positivo

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

**Título:** Projeto de lei não define situação de Eletronuclear e Itaipu

O projeto de lei (PL) da privatização da Eletrobras prevê que a Eletronuclear e Itaipu permaneçam de fato controladas pela União, com possibilidade de criação de uma empresa para abrigar as duas companhias. Porém, o texto não explicita uma solução para a geradora de energia nuclear nem para a retomada da construção da usina de Angra 3.

De acordo com o documento, ao qual o **Valor** teve acesso, está prevista a aprovação, pela assembleia geral de acionistas da Eletrobras, da reestruturação societária da Eletronuclear, para manter a companhia sob controle direto ou indireto da União. O texto prevê a possibilidade de criação de uma sociedade de economia mista com participação na Eletronuclear.

Segundo uma fonte, para segregar a Eletronuclear da Eletrobras, que terá o controle privatizado, como quer o governo, será necessário sanear a empresa. De acordo com a fonte, por lei, só é possível fazer a segregação da companhia nuclear se ela tiver patrimônio líquido positivo. No fim de setembro, patrimônio líquido estava negativo em R\$ 4,3 bilhões.

A esperança do setor de energia nuclear agora recai sobre a resolução que o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos (CPPI) terá que aprovar com as diretrizes da desestatização do controle da Eletrobras. A expectativa é

que o órgão adote medida semelhante à aplicada para as distribuidoras da estatal, cuja resolução de privatização indicou que a holding assumirá as dívidas antes da transferência de controle. O governo pode fazer com a Eletronuclear o mesmo que está fazendo com as distribuidoras, disse a fonte.

A Eletronuclear tem dívidas da ordem de R\$ 5,6 bilhões com BNDES e Caixa relativas à construção de Angra 3. A empresa começou em outubro a pagar as parcelas mensais de R\$ 30 milhões relativa a juros da dívida com o BNDES. Com a Caixa, a cobrança dos juros da dívida tem início previsto para junho de 2018, no valor de R\$ 25 milhões.

O PL prevê que a mesma empresa criada para ter o controle da Eletronuclear fique responsável também por Itaipu. Também não ficou claro, o futuro do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Inicialmente havia a expectativa de que o centro de pesquisas, que existe desde 1974, iria migrar para a estatal que será criada para receber a Eletronuclear e Itaipu.

O texto do projeto de lei, porém, mantém o Cepel na Eletrobras depois da privatização por quatro anos. Não foram informadas condições para depois desse prazo, o que indica que ele deixará de existir.

O **Valor** apurou que o governo conta com a possibilidade de que o centro de pesquisas se torne rentável depois desse período e seja mantido pela companhia. Para uma fonte ligada ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**, no entanto, as chances disso acontecer são mínimas, e é maior a probabilidade de que o Cepel simplesmente deixe de existir.

O PL também não define o futuro do programa Luz para Todos, de universalização do uso de energia no país. Pelo projeto, a Eletrobras vai ter que manter os direitos e obrigações do programa até o fim de 2018. Depois disso, caberá ao governo definir o novo responsável pela gestão do programa.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Camila Maia e Daniel Rittner | De São Paulo e Brasília

**Título:** Venda da Eletrobras reduz a conta com indenizações

A novela em torno das indenizações multibilionárias às donas de linhas de transmissão que tiveram suas concessões renovadas pela ex-presidente Dilma Rousseff deverá ganhar um novo desfecho. O projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobras também mexe no esquema de pagamentos às transmissoras, com impacto nas contas de luz.

O que está em jogo são as indenizações por ativos construídos pelas empresas antes de maio de 2000. Quando elas prorrogaram suas concessões, no governo Dilma, ganharam o direito de receber pelos ativos ainda não amortizados. Depois de um longo impasse, ficou definido o pagamento parcelado em oito anos. A conta foi repassada às tarifas de energia e os grandes consumidores industriais conseguiram liminares na Justiça contra o aumento.

Agora essa arrastada novela terá uma reviravolta: os pagamentos serão diluídos por um prazo bem mais longo, de 30 anos, e haverá mudança crucial no índice que corrige essa dívida assumida pelo governo com as transmissoras. Sai o custo de capital próprio e entra o "WACC regulatório" - taxa de remuneração definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para cada ciclo de investimentos - como indexador. Na prática, troca-se um índice de dois dígitos por outro que tem se situado na faixa de 8% a 9% ao ano, aproximadamente.

Em um primeiro momento, segundo autoridades do setor elétrico consultadas pelo **Valor**, a mudança afetará somente as indenizações para as empresas detentoras de linhas de transmissão controladas pela Eletrobras - Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul. Outras transmissoras, como CTEEP e Cemig, poderão se somar ao novo cronograma de pagamentos por meio da medida provisória ou projeto de lei de reforma do marco regulatório.

Uma mera simulação feita pela Aneel mostra como o reflexo da mudança tende a ser positivo para os consumidores. Considerando que já houve um aumento médio de 6,86% nas tarifas de transmissão deste ano, incorporando a regra anterior para o pagamento das indenizações, o efeito líquido decorrente da mudança será de queda nas tarifas. Calcula-se variação média de -1,85% até 2021.

No governo, a expectativa é que isso minimize o reajuste necessário nas contas de luz por causa do processo de "descotização" de hidrelétricas da Eletrobras. Trata-se da troca, nas usinas operadas no regime de cotas, de valores do megawatt-hora que bancam apenas os custos de manutenção por preços de mercado.

A Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), que havia obtido vitórias na Justiça contra o aumento de tarifas provocado pelas indenizações às transmissoras, elogiou a nova solução. Ressaltando que ainda não tinha conhecimento do projeto da Eletrobras, o presidente da Abrace, Edvaldo Santana, disse que seus associados têm "muita disposição" em examinar a proposta do governo e não descarta a retirada das ações judiciais. "Houve uma abertura de diálogo que é positiva", afirmou Santana, enfatizando como a alta das tarifas de transmissão afeta a competitividade das indústrias.

Como o prazo do pagamento das indenizações será estendido, o custo financeiro sobe de R\$ 34,5 bilhões em oito anos para R\$ 67 bilhões em 30 anos, mesmo com um indexador mais baixo.

O PL de privatização da Eletrobras deixa aberta a possibilidade de que o governo faça uma oferta secundária de ações da companhia, diretamente ou por meio de empresa controlada. Na prática, isso vai permitir que BNDES e Caixa, que têm participações direta e indireta na empresa, também possam vender suas fatias.

A privatização da estatal será feita por meio de um aumento de capital, que não será acompanhado pela União. Com isso, a fatia do governo na estatal será diluída, efetivando a privatização.

De acordo com o texto do projeto, ao qual o **Valor** teve acesso, a capitalização poderá ser acompanhada por meio de uma oferta secundária das ações da União ou de empresas detidas por ela.

O BNDES tem 11,86% das ações da Eletrobras, além de outros 3,72% por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). A Caixa, por sua vez, tem uma pequena fatia de 0,07% da empresa, por meio do Fundo Garantidor de Habitação (FGHAB). Já a União tem 40,9% do total da empresa, e detém o controle por ter 51% das ações com direito a voto.

A oferta secundária consiste na venda de ações detidas pela União na companhia. Essa alternativa pode ser adotada pelo governo caso a capitalização não permita reduzir sua fatia para menos de 50% do capital da empresa. Também pode ser necessária para garantir dinheiro suficiente para o pagamento do bônus de outorga pela Eletrobras, que é fundamental para as contas públicas em 2018.

A Eletrobras usará os recursos provenientes da operação para pagar o bônus de outorga das novas concessões de suas hidrelétricas que serão "descotizadas".

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** RJ quer recursos da privatização para recuperar Paraíba do Sul

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) decidiu entrar nas discussões sobre o modelo de privatização do controle da Eletrobras. O conselho de energia da entidade empresarial está se mobilizando para propor que parte dos recursos oriundos da desestatização da companhia estatal seja

direcionada para a revitalização da bacia do rio Paraíba do Sul, cujos reservatórios hidrelétricos estão hoje com somente 36,4% de armazenamento.

O objetivo da Firjan é estender para a região os benefícios que o governo federal planeja destinar para a bacia do rio São Francisco, no âmbito do projeto de lei (PL) de privatização do controle da estatal, que deve ser encaminhado ao Congresso Nacional ainda esta semana.

"É muito justa essa proposição de incluir recursos da privatização da Eletrobras para revitalizar o rio São Francisco. Mas o rio Paraíba do Sul está muito degradado. É um rio estratégico", afirmou o presidente do conselho de energia da Firjan, Sergio Malta, ao **Valor**. "Estamos propondo que se faça esse esforço financeiro para revitalizar o rio São Francisco, mas que também se destine recursos para a revitalização do rio Paraíba do Sul", afirmou Malta.

A proposta da Firjan é que 20% dos recursos previstos para serem destinados ao rio São Francisco sejam direcionados para a revitalização do Paraíba do Sul.

De acordo com a minuta do projeto de lei de privatização do controle da Eletrobras, a qual o **Valor** teve acesso, o governo federal prevê que a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) destine recursos de R\$ 350 milhões anuais à recuperação do rio São Francisco, nos primeiros 15 anos, após a desestatização do controle da Eletrobras. Nos 15 anos seguintes, esse valor cairia para R\$ 250 milhões.

Os recursos seriam obtidos a partir de obrigações das concessionárias hidrelétricas localizadas na bacia do São Francisco e que tiverem suas outorgas renovadas por 30 anos, no processo de "descotização" das usinas da Eletrobras.

Segundo Malta, a ideia da Firjan é mobilizar a bancada fluminense no Congresso, principalmente o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para criar uma emenda ao projeto de lei de privatização da Eletrobras para incluir o aporte de recursos para a revitalização do Paraíba do Sul.

"Estamos propondo que a Firjan, junto com outras entidades do Estado do Rio de Janeiro e a bancada parlamentar fluminense, emende o projeto de lei que vai ser enviado ao Congresso Nacional para privatizar a Eletrobras", disse Malta.

O presidente do Conselho de Energia da Firjan destaca que o rio Paraíba do Sul é o "vértice natural" dos três principais Estados do país (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro). A bacia abrange 184 municípios, sendo 88 mineiros, 57 fluminenses e 39 paulistas. Ao todo, 4 milhões de pessoas são abastecidas com águas do Paraíba do Sul. O rio é responsável por 80% do abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Além de abastecer a população, as águas do rio são usadas para diluição de esgoto, irrigação e geração de energia hidrelétrica. O rio Paraíba possui mais de 15 usinas hidrelétricas, que somam mais de 1,8 mil megawatts (MW) de capacidade instalada, com destaque para Nilo Peçanha (380 MW) e Simplício (333 MW). As usinas do Paraíba do Sul pertencem às empresas Light, Furnas e Cesp.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Política

**Autor:** Fabio Murakawa | De Brasília

**Título:** Senado aprova medida provisória que cria Agência Nacional de Mineração

O Senado aprovou ontem a Medida Provisória 791, que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM). O órgão substituirá o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em suas atribuições de fiscalizar e regular o setor mineral no Brasil. A matéria segue para sanção presidencial.

Entre as atribuições da agência, estará o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) - ou os royalties da mineração.

A MP 791 tramitava com outras duas MPs enviadas pelo governo ao Congresso para alterar o marco legal do setor. A MP 789, aprovada na semana passada pelo Senado e também enviada a sanção, aumentou o valor dos royalties pagos pelas mineradoras por produtos como o minério de ferro e o ouro.

Já a MP 790, que criava um novo código de mineração, não prosperou, diante da resistência das mineradoras. Sem acordo entre os deputados, ela nem chegou a ser votada e perdeu ontem a validade.

A nova agência realizará fiscalizações presenciais nas minas para garantir a segurança técnica de suas operações. O Congresso, entretanto, retirou do texto a função da ANPM de fiscalizar a segurança das barragens e do fechamento de minas.

Também foi excluída da MP a criação da Taxa de Gestão de Recursos Minerais (TGRM). A cobrança seria destinada para o cumprimento de tarefas do novo órgão, como concessões, permissões de lavra, licenciamento e autorização para pesquisas.

A derrubada dessa taxa pelo Congresso gerou críticas por onerar os cofres públicos, uma vez que reduziu as fontes disponíveis para custear as atividades da agência. Além disso, o texto aprovado aumentou de 252 para 384 o número

de cargos comissionados e elevou significativamente os salários de servidores hoje lotados no DPNM, que passam automaticamente ao novo órgão.

O texto original previa apenas uma migração de boa parte dos atuais funcionários do DNPM para a nova agência, sem variações salariais. Porém, diante da pressão de sindicatos e associações de servidores, a Câmara promoveu uma equiparação com as carreiras de outros órgãos reguladores.

As mudanças foram feitas pelo relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), à revelia do governo, e aprovadas sem mudanças no Senado. O Palácio do Planalto vê essas alterações com apreensão e não descarta a possibilidade de vetos. **(Colaborou Daniel Rittner)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Política

**Autor:** Marcelo Ribeiro, Cristiano Zaia e Raphael Di Cunto | De Brasília

**Título:** Passa na Câmara proposta do marco que regula combustíveis renováveis

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto de lei que cria o programa RenovaBio, marco regulatório para os combustíveis renováveis no país. O projeto, relatado pelo deputado Evandro Gussi (PV-SP), é considerado estratégico para a retomada dos investimentos na indústria de biocombustíveis e define as normas de incentivo à produção de combustíveis renováveis no país.

Antes da votação, o deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE) apresentou seu parecer, em nome da comissão especial, que incluía uma série de emendas.

Entre elas, uma que retirou do projeto a definição de metas anuais compulsórias de adição de biodiesel ao óleo diesel e de adição de etanol à gasolina. Outra mudança no texto, sugerida pouco antes da votação, estabeleceu a diminuição da multa máxima pelo descumprimento de metas individualizadas, que passou de R\$ 500 milhões para R\$ 50 milhões. Também foi aprovada a remissão da definição dos títulos representativos de créditos de descabornização a um regulamento. A multa mínima permaneceu em R\$ 100 mil.

Defendido por Gussi, o projeto tem como objetivo atender os compromissos do Brasil no Acordo Climático de Paris. Além disso, também visa promover a expansão do uso dos biocombustíveis e garantir sua participação competitiva na matriz energética.

Antes de ser aprovado, o projeto era visto como uma tentativa do setor sucroalcooleiro pressionar o governo a editar uma medida provisória (MP) sobre o tema. Havia uma promessa de que isso ocorreria este semestre, mas a Casa Civil adiou a edição da proposta por divergências dentro do governo.

Ainda ontem, após ter fechado acordo com a oposição, a bancada ruralista acertou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a votação em plenário de um requerimento de urgência para acelerar o projeto de lei, que criou um Refis para parcelar dívidas com o Fundo de Assistência ao trabalhador Rural (Funrural).

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

### Braskem paga dividendo

O conselho de administração da Braskem aprovou a distribuição de dividendos antecipados referentes ao exercício de 2017, no valor de R\$ 1 bilhão. O montante corresponde a R\$ 1,2567 por ação ordinária ou preferencial classe A e R\$ 0,6062 por papel preferencial classe B. O pagamento será feito no dia 12 de dezembro aos acionistas com posição em 1º de dezembro. A partir do dia 4 de dezembro, as ações da Braskem serão negociadas ex-dividendos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia | De São Paulo

**Título:** Eletrobras prevê retomar investimentos em 2019

Concluída a reestruturação interna da Eletrobras que teve início no ano passado, com a entrada de Wilson Ferreira Junior no comando da companhia, a empresa, já privatizada, deve voltar a investir na expansão das suas operações depois de 2019.

"Claramente, há um espaço muito grande ainda para investimentos em transmissão. Não vamos nesse próximo leilão, mas espero que possamos ver algo ano que vem em termos de investimento. E teremos o investimento, se tudo correr bem, na própria descotização", disse ontem Ferreira, em conversa com jornalistas depois de participar do Smart Grid Fórum, em São Paulo.

Segundo o executivo, ao fim de 2018, a Eletrobras não terá mais projetos pendentes, com exceção da conclusão da obra da megasina de Belo Monte, no rio Xingu (PA), além da termelétrica nuclear de Angra 3, que ainda está paralisada. Todas as obras em atraso, inclusive aquelas da Chesf, que por muito tempo chegaram a inviabilizar a participação da companhia em leilões, serão concluídas, garantiu ele.

Depois disso, a Eletrobras terá oportunidades para voltar a pensar em expansão, com foco em transmissão, geração e comercialização de energia.

"Temos uma decisão estratégica de focar em geração e transmissão. O foco ainda é concluir os projetos que começamos, isso é importante porque elimina penalidades, começamos a gerar caixa", disse Ferreira.

No segmento de comercialização, o objetivo da Eletrobras é se tornar uma "gigante". A descotização da energia alocada em cotas, que representa hoje um terço da capacidade instalada da companhia, reforça esse objetivo, pois vai colocar a companhia como uma grande produtora independente, com foco no mercado livre.

O conselho de administração da Eletrobras vai se reunir em dezembro para aprovar o Plano de Negócios para o período de 2018 a 2022, disse Ferreira. Esse plano deve incluir esses investimentos na expansão da companhia.

Também em dezembro, em reunião marcada para o dia 15, o conselho vai avaliar novamente a modelagem elaborada pelo BTG Pactual e pelo escritório de advocacia Souza Cescon para a venda das 77 sociedades de propósito específico (SPEs) da companhia.

O colegiado se reuniu na última sexta-feira para discutir o assunto, mas foi pedido o prazo adicional para que avaliassem a proposta, disse o executivo. Isso porque será necessário também incorporar recomendações que foram feitas num decreto publicado pela presidência recentemente a respeito da operação de venda desses ativos.

"Definimos que vamos incorporar algumas recomendações lá colocadas no nosso programa de desinvestimentos", disse Ferreira, sobre a reunião da sexta-feira passada. O colegiado pediu mais três semanas para avaliar como isso será feito. Segundo Ferreira, o plano da companhia ainda é concluir as vendas desses ativos já no primeiro semestre de 2018. Os 77 ativos incluem negócios de transmissão e geração de energia eólica.

As vendas das SPEs serão essenciais para que a Eletrobras chegue a uma relação entre dívida líquida e Ebitda abaixo de 3 vezes até o fim de 2018. A companhia

tem reduzido a alavancagem também por meio de programas de demissões e cortes de custos e investimentos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rafael Bitencourt | De Brasília

**Título:** Aneel recomenda cassação de duas linhas da Isolux

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai recomendar, ao **Ministério de Minas e Energia**, a cassação de dois contratos de concessão de transmissão da Isolux, empresa em recuperação extrajudicial. O colegiado determinou que a área técnica da agência adote providências para iniciar o processo de execução da garantia de fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

A agência constatou que a companhia, além de descumprir o cronograma de obras, não possui capacidade econômica financeira para implantar os projetos arrematados em leilão. Em sua manifestação nos autos, a companhia chegou a classificar a decretação de caducidade da concessão como medida "extrema" e "precipitada".

As duas linhas tinham previsão de passar pelos Estados do Tocantins, Pará e Amapá. São os projetos Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia (LITE) e Linhas de Laranjal Transmissora de Energia (LLTE). Segundo informações do processo, a LLTE envolve 105 quilômetros de rede que deveriam fazer o escoamento da energia de usinas instaladas no Amapá. O contrato foi assinado em 2015.

A Anatel verificou que, após obter a licença prévia no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), em agosto do ano passado, a Isolux não pediu a licença de instalação, para iniciar as obras, e nem assinou os contratos com os fornecedores de equipamentos.

No caso as LITE, os projetos somam 563 quilômetros no Pará e Tocantins. Contratadas em 2013, as duas linhas reforçariam o escoamento da energia produzida pelas primeiras máquinas da hidrelétrica Belo Monte, no rio Xingu (PA).

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio.

**Título:** Petrobras mantém 20 na lista de inabilitados

Quase três anos após a criação da lista de bloqueio cautelar da Petrobras, em que fornecedores e prestadores de serviços, principalmente empreiteiras, foram impedidos de serem contratados ou participar de licitações da estatal, por indícios de irregularidades em contratos investigados pela força-tarefa da Lava-Jato, 20 empresas continuam na relação.

"As empresas que entraram no bloqueio cautelar tem que cumprir alguns quesitos para voltarmos a fazer negócios com elas", afirmou o diretor de Governança e Conformidade da Petrobras, João Elek. "Temos um diálogo contínuo. As empresas me procuram. Elas periodicamente sinalizam como estão os programas [de conformidade] deles."

Para conseguirem sair da "lista negra" e voltarem a contratar com a Petrobras, as empresas precisam firmar acordos de leniência com a Controladoria-Geral da União (CGU), que geralmente resultam em ressarcimento aos cofres da estatal, e instalar um programa de compliance recomendado pela petroleira, com base na "Lei Anti-corrupção".

Em apresentação durante o 38º Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai), no Rio, Elek voltou a afirmar que, com relação à Lava-Jato, a Petrobras foi vítima de um cartel de empreiteiras. "A empresa foi vitimada por um cartel que trouxe uma série de problemas", afirmou.

Com relação à governança da companhia, o diretor contou que, em 15 a 20 dias, deve ser anunciada a adesão da Petrobras para o nível 2 de governança da B3. Segundo ele, todos os trâmites por parte da companhia já foram cumpridos, restando apenas a adoção da medida pela bolsa.

Embora os acionistas preferencialistas não tenham, por lei, poder para votar em assembleias da companhia, no nível 2 da B3, a Petrobras permitirá que eles se manifestem sobre assuntos societários complexos. Na prática, seus comentários serão incluídos no edital das assembleias e poderão influenciar os votos de acionistas donos de papéis ON.

"O preferencialista não vai ter direito a voto, mas vai poder expressar a opinião dele", disse Elek.

Ele contou que espera eliminar, até o fim do ano, as três fraquezas materiais que ainda existem na companhia. Eram nove quando assumiu em 2015. Uma das fraquezas está no controle interno de acesso a sistemas. E as outras duas são ligadas à parte de ativos imobilizados, principalmente no controle de adiantamento a fornecedores.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Produtividade sustenta avanço da Tereos**

A aposta da Tereos Açúcar & Energia Brasil na produtividade de seus canaviais no país permitiu à companhia controlada pela francesa Tereos aumentar sua moagem de cana neste ciclo (2017/18) e deverá garantir, se o clima colaborar, um novo avanço na próxima safra.

Os últimos pés de cana desta temporada no país acabaram de ser processados ontem. No total, foram 20,2 milhões de toneladas, 2% mais que na safra 2016/17. Para o próximo ciclo, que começará em abril, a expectativa é que a moagem suba para aproximadamente 20,7 milhões de toneladas.

"Investimos nos canaviais, com destaque para a agricultura de precisão, inclusive com uso de drones para monitorar a cana. O aumento [da moagem] foi reflexo desses investimentos", afirma Jacyr Costa Filho, diretor da Região Brasil da Tereos. Ele também realçou a importância da busca de variedades de cana com melhor desempenho para o plantio em áreas próprias.

Com sete usinas no país, a companhia avalia que seu negócio no Brasil deverá continuar a representar entre 20% e 25% do faturamento global. A produção brasileira de açúcar deverá encerrar a safra em 1,8 milhão de toneladas e a de etanol, em 649 milhões de litros - crescimentos de 12,5% e 2%, respectivamente.

Neste ciclo, a produtividade nas lavouras da companhia cresceu 6%, para 84 toneladas de cana por hectare. A concentração de sacarose também aumentou, 4%, para 141,5 quilos por tonelada de cana.

Num momento em que muitas empresas têm receios a respeito da oferta de cana em 2018/19, a perspectiva de crescimento da moagem da Tereos no novo ciclo decorre de uma estimativa positiva para a produtividade e da expansão da área própria de cana, segundo Costa Filho. Para garantir esses avanços, a Tereos deve voltar a investir R\$ 600 milhões na próxima safra, com foco na área agrícola.

Porém, novos aportes em expansão industrial, como o que foi concluído recentemente na usina localizada em Tanabi (SP), estão descartados. Este último, de cerca de R\$ 60 milhões, deverá permitir um aumento da capacidade de moagem apenas nas próximas safras. A perspectiva é que a unidade processe

2,7 milhões de toneladas em 2017/18, quase 10% mais que nesta safra, e atinja sua nova capacidade de 3 milhões de toneladas em 2019/20.

O incremento da oferta de matéria-prima também ajuda a empresa a perseguir a meta de ampliar sua fatia nas vendas de açúcar no varejo brasileiro. Desde a safra passada, a empresa tem reforçado sua área de marketing e lançado novos produtos, como o açúcar demerara empacotado. O resultado foi um salto para 12,8% na participação de mercado do açúcar da marca Guarani em setembro, ante 6% na primeira metade de 2016.

**MME / ASCOM .**